



Relatório de Gestão e Contas'2012

*Da criatividade à
sustentabilidade*

O ano de 2012 fica marcado pelo crescimento da equipa de trabalho, pela criação de novas vertentes de intervenção social e pela consolidação da estratégia de proximidade local aos benfeitores como mecanismo de intervenção, divulgação e alargamento da influência da Fundação S. João de Deus. Contudo, não obstante a meta da sustentabilidade ser mais dura de alcançar do que havia sido planeado, o caminho trilhado parece ser consistente e seguro. Os resultados mostram isso mesmo.

Relatório de Gestão e Contas'2012

Da criatividade à sustentabilidade

Fundraising – recolher para d(o)ar!

Esta é a actividade central da Fundação e, estatutariamente, a razão primordial da sua existência institucional. Por isso a política institucional de proceder à entrega de 100% do valor dos donativos recolhidos – sem retenção de qualquer taxa administrativa – a favor dos projectos apoiados é uma das “marcas” desta instituição.

Be There! Intervenção Social

Apesar de se ter presente a importância das diversas áreas de actividade dos centros assistenciais do Instituto S. João de Deus, as actividades sociais desenvolvidas pela Fundação é um tema muito importante para quem nos apoia. Intervimos nas áreas em que a missão institucional nos impele à intervenção: os idosos, as crianças e os menos favorecidos.

Support Yourself – negócios sociais

Desenvolvemos pequenas actividades económicas estruturadas de suporte às necessidades financeiras da Fundação. No âmbito dos fins estatutários, estas actividades experimentais procuram dar resposta aos custos de estrutura que a política de 0% de retenção de donativos da área de Fundraising não cobre.

Representativity

A criação de notoriedade institucional é o mote desta área. Promovemos, participamos e organizamos redes de formação, eventos e iniciativas diversas de sensibilização e partilha de competências e conhecimentos de forma autónoma ou em parceria com outros actores sociais.

...da Sustentabilidade

Como ser economicamente sustentável e, ao mesmo tempo, responder a uma política de 0% de retenção no valor doado? Que actividades podem ser desenvolvidas por uma instituição sem fins lucrativos no sentido de garantir essa sustentabilidade sem colocar em causa os fins estatutários? Estas são, na actualidade, duas das grandes questões em aberto nas organizações do terceiro sector!

A Fundação S. João de Deus

Enquadramento

A Fundação S. João de Deus tem como Missão, e no âmbito dos seus estatutos, promover, coordenar e patrocinar a investigação, a formação, a assistência e a cooperação nas áreas da saúde, da integração social e comunitária, do desenvolvimento humano e do melhoramento da prevenção, assistência e reabilitação dos doentes.

Ainda como Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONG-D), a instituição, tem como objectivo a coordenação ou apoio de outras iniciativas – principalmente nos países em vias de desenvolvimento e subdesenvolvidos – tais como ajudas humanitárias de emergência ou de calamidade pública, de reabilitação e de desenvolvimento social e comunitário.

Para além de apoiar projectos internacionais externos, apoia preferencialmente projectos internos e outros provenientes de candidaturas dos hospitais e das casas de saúde (centros assistenciais) do Instituto S. João de Deus.

Equipa

A composição da equipa, que desenvolve trabalho directamente na Fundação, rege-se segundo o princípio de afectação dos recursos financeiros disponíveis. Por isso mesmo, a Fundação ainda não tem quadro de pessoal permanente/residente: antes de alcançada a autonomia financeira e criados os mecanismos para a sustentabilidade funcional, não é – nesta perspectiva - recomendável que se altere esta política. Aliás, este ano termina apenas com dois colaboradores com contrato a termo. Os restantes colaboradores participam hodiernamente com a Fundação estão comprometidos por de outros mecanismos:

	Nº elementos
Estágios Profissional	2
Contrato Emprego Inserção	1
Contrato a termo¹	2

Este é um dos assuntos que, naturalmente a Fundação deverá ponderar a cada momento segundo os objectivos que for formulando no seu plano de desenvolvimento. No limite – muito embora a construção estruturada da instituição não se compadeça de constantes alterações da equipa – a cada elemento dever-se-á fazer corresponder em orçamento a percentagem de imputação do projecto de financiamento.

¹ A Fundação tem, desde 1 de Junho de 2012 uma colaboradora – incluída neste número - no distrito da Guarda no sentido de ter em 2013 uma delegação activa. Esta delegação deverá estar em funcionamento no 1º trimestre de 2013.

Contas

Demonstrações Financeiras e Anexos

Apresentam-se as demonstrações financeiras e as devidas justificações deles decorrentes. Estas reflectem já a adaptação da contabilidade da Fundação ao novo Normativo SNC-ESNL – Sistema Normalização Contabilístico – Entidades do Sector não Lucrativo

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade Monetária: Euros

Rúbricas	Notas	Exercícios	
		2012	2011
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	17.100,32	14.902,23
Subtotal		17.100,32	14.902,23
Ativo corrente			
Clientes	6	1.200,00	2.600,00
Estado e outros entre públicos	7	306,24	
Diferimentos	8	30.000,98	37.502,98
Outras contas a receber	9	3.991,60	3.407,00
Outros Ativos Financeiros	10	426.238,60	533.149,02
Caixa e depósitos bancários	11	138.355,90	110.586,55
Subtotal		600.093,32	687.245,55
Total do Ativo		617.193,64	702.147,78
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	100.000,00	100.000,00
Resultados Transitados	12	-427.355,66	-412.083,71
Resultado liquido do período	12	2.157,87	-15.271,95
Total do fundo de capital		-325.197,79	-327.355,66
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	13	871.717,86	871.717,86
Subtotal		871.717,86	871.717,86
Passivo corrente			
Fornecedores	14	2.584,15	4.527,92
Estado e outros entre públicos	15	4.428,35	2.636,33
Diferimentos	16	59.033,67	148.376,81
Outras contas a pagar	17	4.627,40	2.244,52
Subtotal		70.673,57	157.785,58
Total do passivo		942.391,43	1.029.503,44
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		617.193,64	702.147,78

Demonstração de resultados por naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade Monetária: Euros

Rendimentos e Ganhos	Notas	Períodos	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	18	18.262,10	10.934,85
Subsídios, doações e legados à exploração	19	4.568,23	10.967,78
Fornecimentos e serviços externos	20	-75.469,76	-80.053,38
Gastos com pessoal	21	-61.328,55	-24.007,19
Outros rendimentos e ganhos	22	154.926,88	156.404,07
Outros gastos e perdas	23	-51.852,67	-102.155,29
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-10.893,77	-27.909,16
Gastos/reversões de depreciações e de amortização	5	-4.860,52	-3.969,97
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-15.754,29	-31.879,13
Juros e rendimentos similares obtidos	24	20.467,73	17.518,80
Resultado antes de impostos		4.713,44	-14.360,33
Imposto sobre o rendimento do período	25	-2.555,57	-911,62
Resultado líquido do período		2.157,87	-15.271,95

Demonstração Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade Monetária: Euros

Rúbricas	Notas	Períodos	
		2012	2011
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		23.262,60	12.449,96
Recebimentos de Subsídios		4.568,23	8.126,78
Recebimentos de apoios		50.663,04	114.908,77
Pagamentos de apoios		-50.474,63	101.001,63
Pagamentos a fornecedores		-80.184,87	-87.100,19
Pagamentos ao pessoal		-41.521,25	-16.090,33
Caixa gerada pelas operações		-93.686,88	-68.706,64
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-911,62	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-11.137,79	-9.913,62
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		105.736,29	-78.620,26
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	-7.745,03	-9.348,74
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		34.340,25	28.145,66
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		26.595,22	18.796,92
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período	10 e 11	643.735,57	703.558,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10 e 11	564.594,50	643.735,57

Anexo

1. Identificação da entidade

A Fundação São João de Deus foi instituída pela Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de São João de Deus, sediada na Rua Tomás de Aquino, nº20, 1600-871 Lisboa, a 01 de Janeiro de 2007.

A Fundação, no âmbito dos seus estatutos, promover, coordenar e patrocinar a investigação, a formação, a assistência e a cooperação nas áreas da saúde, da integração social e comunitária, do desenvolvimento humano e do melhoramento da prevenção, assistência e reabilitação dos doentes.

Ainda como Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONG-D), a instituição, tem como objetivo a coordenação ou apoio de outras iniciativas – principalmente nos países em vias de desenvolvimento e subdesenvolvidos – tais como ajudas humanitárias de emergência ou de calamidade pública, de reabilitação e de desenvolvimento social e comunitário.

A Fundação São João de Deus encontra-se sediada na Av. Júlio Dinis, nº 23 – 1º Esq. 1050-130 Lisboa com o NIPC: 507807987.

A moeda funcional é o Euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2012 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março.

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior para este normativo é 1 de janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-

ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 9 e 17) e “Diferimentos” (Nota 8 e 16)

3.1.3 Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não deverão ser compensados. A compensação quer na demonstração dos resultados, quer no balanço, excepto quando a mesma reflecta a substância da transacção, outros acontecimentos, prejudica a capacidade dos utentes em compreender as transacções, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa.

3.1.6 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de reconhecimento e de mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são ocorridos, desde que não sejam susceptíveis de permitir actividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (em anos)
Equipamento básico	4
Ferramentas e utensílios	8
Equipamento administrativo	8
Outras Imobil. Corpóreas	5

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação.

3.2.2 Activos e Passivos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui o saldo de caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3 Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o valor de constituição da Fundação pela Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de São João de Deus.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;

- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.5 Estado e outros entre públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 11 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) *“os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais, recreativas e desportivas”*.

Porém, de acordo com o n.º 2 do referido artigo, *“só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o exercício dessas actividades e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:*

a) Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse directo ou indirecto nos resultados de exploração das actividades prosseguidas;

b) Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas actividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior.”

A Fundação tem a actividade de prestação de serviços no âmbito do projecto Space4u, esta actividade está sujeita a tributação de IRC.

No entanto, os rendimentos “...provenientes de publicidade, direitos respeitantes a qualquer forma de transmissão, bens imóveis, aplicações financeiras e jogo do bingo” não estão isentos de IRC, devido a que, nos termos do n.º 3, não são considerados como rendimentos directamente derivados do exercício da actividade cultural, recreativa e desportiva, sem prejuízo de benefícios fiscais que possam ser aproveitados relativos a estes rendimentos.

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 11 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2008 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Rubricas	Valor de aquisição	Saldo a 01/01/2011	Aquisições / Doações	Abates / Transferências	Depreciações do Período	Depreciações Acumuladas	Saldo em 31/12/2011
Equipamento básico	100.957,94	0,00			0,00	100.957,94	0,00
Ferramentas e utensílios	69,95	41,95			14,00	42,00	27,95
Equipamento administrativo	11.429,53	8.551,53	1.644,02		2.181,52	5.059,97	8.013,58
Outras Imobil. Corpóreas	1.162,98	929,98	7.704,72		1.774,00	2.007,00	6.860,70
Total	113.620,40		9.348,74	0,00		108.066,91	14.902,23

Rubricas	Valor de aquisição	Saldo a 01/01/2012	Aquisições / Doações	Abates / Transferências	Depreciações do Período	Depreciações Acumuladas	Saldo em 31/12/2012
Equipamento básico	100.957,94	0,00	639,01		80,00	101.037,94	559,01
Ferramentas e utensílios	69,95	27,95	90,88		26,00	68,00	92,83
Equipamento administrativo	13.073,55	8.013,58	6.328,72		2.980,52	8.040,49	11.361,78
Outras Imobil. Corpóreas	8.867,70	6.860,70	0,00		1.774,00	3.781,00	5.086,70
Total	122.969,14	14.902,23	7.058,61	0,00	4.860,52	112.927,43	17.100,32

6. Clientes

O saldo de clientes corresponde a:

Descrição	2012	2011
Fundação da Juventude	600	1200
Avenida 5 - Sociedade imobiliária	200	200
Casa Metade	0	200
Associação desenv. e Solar.	0	400
Farol Luminoso - Tecnologias informáticas	200	200
APC - Associação Portuguesa de Celíacos	200	
Rede Inducar	0	200
Total	1200	2400

Os saldos de Clientes de 2012 foram regularizados em Janeiro de 2013. Correspondiam a facturação de Dezembro excepto na Fundação da Juventude que efectua pagamentos trimestrais.

7. Estado e outros entre públicos

A rubrica de “Estado e outros entre públicos” tem um saldo devedor de 306,24€ que corresponde ao valor do IVA a recuperar do último trimestre do ano de 2012.

8. Diferimentos

O saldo da rubrica diferimentos que consta no activo corrente é composta por:

- 30.000,98€ Corresponde ao valor dos bens que estão em armazém para serem oferecidos aos benfeitores.

11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários”, a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2012	2011
Caixa	197,03	104,73
Depósitos à ordem	138.158,87	110.481,82
Total	138.355,90	110.586,55

A Fundação no final de 2012 tem cinco depósitos à ordem que totalizam o valor de 138.158,87€.

12. Fundo Social

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Saldo a 01/01/2012	Aumentos	Diminuições	Saldo a 31/12/2012
Fundo Social	100.000,00	-	-	100.000,00
Resultados Transitados	-412.083,71	-	15.271,95	-427.355,66
Resultados Líquidos	-15.271,95	17.429,82	-	2.157,87
Total	-327.355,66	17.429,82	15.271,95	-325.197,79

A variação positiva ocorrida é relativa ao “Resultado Líquido Positivo” do período de 2012.

14. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Rubrica	2012	2011
Fornecedores C/C	2.584,15	4.527,92

O saldo de Fornecedores de 2012 é totalmente liquidado em Janeiro de 2013.

15. Estado e outros entre públicos

O saldo credor da rubrica “Estado e outros entre públicos” está divida da seguinte forma:

Rubricas	2012
IRC	2.555,57
IRS	233,00
Segurança Social	1.639,78
Total	4.428,35

Os Valores irão ser pagos no período de 2013 dentro dos respectivos prazos.

17. Outras contas a pagar

A rubrica “outras contas a pagar” possui o saldo de 4.627,40 euros que corresponde às cauções pagas pelas empresas decorrentes do contrato de cedência de espaço e prestação de serviços para utilização do espaço de Cowork, SPACE4U.

18. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2012 e 2011 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a “Serviços Prestados” nos 22 espaços disponíveis para este serviço:

Descrição	2012	2011
Prestações de Serviços	18.262,10	10.934,85

Este valor é relativo à facturação da prestação de serviços efectuados as empresas presentes no espaço de cowork.

19. Subsídios, doações e legados à exploração

A Fundação reconheceu, nos períodos de 2012 e 2011, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2012	2011
Subsídios do estado e outros entre públicos	4.568,23	10.967,78

Atribuídos pelas seguintes entidades:

Descrição	2012	2011
Instituto de Educação e Formação Profissional (IEFP)	4.568,23	-
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) ²	-	10.967,78
Total	4.568,23	10.967,78

20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foi a seguinte:

Rubricas	2012	2011
Serviços Especializados	54.918,62	52.066,45
Materiais	3.287,65	2.832,35
Energia e Fluidos	2.180,15	509,01
Deslocações, estradas e transportes	5.998,11	17.830,04
Serviços diversos - Comunicação	9.085,23	6.815,53
Total	75.469,76	80.053,38

21. Gastos com pessoal

Os Gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2012	2011
Remunerações ao pessoal	46.386,33	19.433,25
Indemnizações	2.065,92	
Encargos sobre as remunerações	8.814,07	3.506,22
Seguro acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.252,29	754,09
Outros gastos com pessoal	796,24	313,63
Total	59.314,85	24.007,19

² Encerramento de contas do projeto Formar e Desenvolver (Timor Leste);

22. Outros rendimentos e ganhos

Valor dos donativos entregues aos respectivos projetos. Esta operação contabilística consiste no débito da conta 2824 e no crédito da conta 752 no momento electivo do rédito.

23. Outros gastos e perdas

A rubrica “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Rubricas	2012	2011
IVA	19,38	-
Impostos	-	3.089,07
Taxas	101,40	-
Multas	17,29	-
Outros Custos	280,00	30,00
Donativos Entregues	51.434,60	99.036,22
Total	51.852,67	102.155,29

24. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2012 e 2011 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2012	2011
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	20.467,73	17.676,66
Total	20.467,73	17.676,66
Resultados Financeiros	20.467,73	17.676,66

25. Imposto sobre o rendimento (IRC)

Como descrito anteriormente, a Fundação está sujeita a tributação de IRC à taxa de 21,5% nos rendimentos obtidos das prestações de serviços prestados às empresas presentes no seu espaço de Cowork. O valor de IRC a pagar é de 2.555,57€, este valor irá ser liquidado em Maio de 2013.

26. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

27. Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2012.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pela Assembleia Geral da Fundação São João de Deus e Aprovadas pela Assembleia de Curadores.

Lisboa, 30 de Maio de 2013